



Formação Docente: Experiências Metodológicas, Tecnológicas e Práticas

Clécio Danilo Dias da Silva
(Organizador)

**Atena**
Editora
Ano 2021



Formação Docente: Experiências Metodológicas, Tecnológicas e Práticas

**Clécio Danilo Dias da Silva
(Organizador)**

Atena
Editora

Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrááo Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Secconal Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andreza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Formação docente: experiências metodológicas, tecnológicas e práticas

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Kimberly Elisandra Gonçalves Carneiro
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Clécio Danilo Dias da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F723 Formação docente: experiências metodológicas, tecnológicas e práticas / Organizador Clécio Danilo Dias da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-732-1

DOI 10.22533/at.ed.321211801

1. Formação de professores. 2. Formação docente. 3. Professor. 4. Graduação. I. Silva, Clécio Danilo Dias da (Organizador). II. Título.

CDD 370.71

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Ser um docente requer a existência de conhecimentos específicos, estratégias e métodos vinculados à atuação profissional em sala de aula. Esses aspectos são desenvolvidos e aprimorados durante a formação inicial em cursos de licenciatura. Nesse contexto, a formação docente se constitui no ato de formar um professor, educar o futuro profissional para o exercício do magistério. Envolve uma ação a ser desenvolvida com alguém que vai desempenhar a tarefa de educar, de ensinar, de aprender, de pesquisar e de avaliar. Contudo, na contemporaneidade, percebe-se uma carência de políticas públicas que assegurem aos docentes uma profícua formação, falta de incentivos financeiros para essa formação, capacitações frequentes, tampouco a valorização profissional.

Essa situação, tem se destacado nos últimos anos, o que possibilitou o desenvolvimento de grupos de estudos e criação de programas de pós-graduação nas universidades em todo o mundo, inclusive no Brasil, os quais fomentam as pesquisas e produções nos diversos aspectos relacionado Educação e a formação docente.

Dentro deste contexto, a coleção intitulada “Formação docente: Experiências Metodológicas, Tecnológicas e Práticas” tem como foco principal a apresentação de trabalhos científicos relacionados a formação inicial e continuada de professores. Os volumes abordam em seus capítulos de forma categorizada e interdisciplinar diversas pesquisas, ensaios teóricos, relatos de experiências e/ou revisões de literatura que transitam nas diversas áreas de conhecimentos tendo como linha condutora a formação docente.

Espera-se que os volumes relacionados à essa coleção subsidiem de forma teórica e prática o conhecimento de graduandos, especialistas, mestres e doutores e todos aqueles que de alguma forma se interessam por estudos envolvendo a formação docente. Para finalizar, parabênizo a iniciativa e estrutura da Atena Editora, a qual proporciona uma plataforma consolidada e confiável para que pesquisadores de diversas localidades do país divulguem suas produções científicas.

Desejo a todos uma boa leitura!

Clécio Danilo Dias da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
POR UMA PRÁTICA DOCENTE CRÍTICA	
Verônica Pereira de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.3212118011	
CAPÍTULO 2	9
PRÁTICA DOCENTE NA EDUCAÇÃO DO CAMPO	
Cláudia Regina Paese	
Ana Lucy Martins Cavalcante	
DOI 10.22533/at.ed.3212118012	
CAPÍTULO 3	17
FORMAÇÃO DOCENTE, PENSAMENTOS INDÍGENA, DE(S)COLONIAL E FILOSOFIAS AFRICANAS NA DISCIPLINA FILOSOFIA DO CURSINHO POPULAR DARCY RIBEIRO	
Heiberle Hirsberg Horácio	
DOI 10.22533/at.ed.3212118013	
CAPÍTULO 4	28
A APLICABILIDADE DA LEI FEDERAL 10639/03: DESAFIOS E POSSIBILIDADES – A EXPERIÊNCIA DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE SANTOS/SP	
Sandra Regina Pereira Ramos	
Adriana Negreiros Campos	
DOI 10.22533/at.ed.3212118014	
CAPÍTULO 5	39
DISPUTAS PELA LIBERDADE DE ENSINO: ENTRE O CONSERVADORISMO E A AUTONOMIA PEDAGÓGICA	
Viviane Merlim Moraes	
Sílvia Monteiro	
DOI 10.22533/at.ed.3212118015	
CAPÍTULO 6	52
FORMAÇÃO CONTINUADA DE EDUCADORES PARA A GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO: EXPERIÊNCIAS E NARRATIVAS	
Lidnei Ventura	
Klalter Bez Fontana	
Grasiele Cristina Schumann	
DOI 10.22533/at.ed.3212118016	
CAPÍTULO 7	64
CONCEPÇÕES DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA: UM ESTUDO DAS DISSERTAÇÕES E TESES PUBLICADAS A PARTIR DE 2003 NA BIBLIOTECA DIGITAL DO IBICT	
Renato Barros de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.3212118017	

CAPÍTULO 8	76
FORMAÇÃO DOCENTE E FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL	
Leandro dos Santos	
Jailda Evangelista do Nascimento Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.3212118018	
CAPÍTULO 9	90
CADASTRAMENTO DOS DISCENTES MEDIANTE A POLÍTICA DE COTAS PARA PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS. A POLÍTICA DE COTAS PARA PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS: ACOLHIMENTO E CADASTRAMENTO DOS DISCENTES	
Flávia Silva Rocha	
Fabiana de Oliveira Lobão	
Ronise Nascimento de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.3212118019	
CAPÍTULO 10	99
EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO PORTAL DO PROFESSOR DO MEC: ARTICULAÇÕES A PARTIR DA PSICOLOGIA ESCOLAR	
Liliane dos Guimarães Alvim Nunes	
Sílvia Maria Cintra da Silva	
Márcia Helena da Silva Melo	
DOI 10.22533/at.ed.32121180110	
CAPÍTULO 11	113
A PROBLEMÁTICA DO BULLYING NA ESCOLA: REFLEXÕES E DESAFIOS PARA A GESTÃO E A COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA	
Lucyvânia D'arc Duarte Ribeiro	
Raimunda Rita de Cássia Nascimento Silva	
Sandra de Sousa Duarte	
DOI 10.22533/at.ed.32121180111	
CAPÍTULO 12	121
A PRÁTICA DOCENTE EM UM CURSO TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO: UMA PROPOSTA DE REVISÃO CURRICULAR	
Josemar Soares Carvalho	
Katia Gonçalves Castor	
DOI 10.22533/at.ed.32121180112	
CAPÍTULO 13	132
A CONSCIÊNCIA FONÊMICA COMO PRÁTICA DE ALFABETIZAÇÃO NO PROGRAMA ALFA E BETO: UMA VISÃO DA PRÁTICA DOCENTE	
Wellington Carvalho de Arêa Leão	
Sílvia Carvalho de Almeida Santos	
Josélia Maria da Silva Farias	
Islane Silva de Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.32121180113	

CAPÍTULO 14.....	150
A EXPERIÊNCIA FORMATIVA DA ATIVIDADE DE PESQUISA NO PARFOR E AS DIFICULDADES ENCONTRADAS NA INSERÇÃO DE TRABALHOS COM PERIÓDICOS	
Aline de Carvalho Moura	
Joyce da Costa Lima	
DOI 10.22533/at.ed.32121180114	
CAPÍTULO 15.....	156
LITERACIA DIGITAL DOCENTE: COMPETÊNCIA ADQUIRIDA NA FORMAÇÃO DE PROFESSOR POR MEIO DO <i>M-LEARNING</i>	
Andréia Cristina Nagata	
Paulo Rurato	
Pedro Reis	
DOI 10.22533/at.ed.32121180115	
CAPÍTULO 16.....	167
TECNOLOGIAS DIGITAIS E A ESCOLA DO FUTURO: ALGUMAS APROXIMAÇÕES	
Marcelo Messias Henriques	
DOI 10.22533/at.ed.32121180116	
CAPÍTULO 17.....	185
REFLEXÕES SOBRE O USO DO <i>YOUTUBE</i> EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	
Alessandro Segala Romano	
Rosália Maria Netto Prados	
DOI 10.22533/at.ed.32121180117	
CAPÍTULO 18.....	195
LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS NO ENSINO SUPERIOR: DISCUSSÕES FRENTE AOS PARADIGMAS DE EDUCAÇÃO PARA TODOS	
Etiene Abreu	
DOI 10.22533/at.ed.32121180118	
CAPÍTULO 19.....	206
MESTRADO PROFISSIONAL NA FORMAÇÃO DE DOCENTES E PRECEPTORES DA ÁREA DA SAÚDE: A PRÁTICA COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO	
Rosana Brandão Vilela	
Adenize Ribeiro	
Nildo Alves Batista	
DOI 10.22533/at.ed.32121180119	
CAPÍTULO 20.....	220
MEMÓRIAS (DE) EDUCADORAS: OS PERCURSOS QUE NOS FIZERAM SER QUEM SOMOS E A NOVA SITUAÇÃO EDUCACIONAL	
Paula de Camargo Penteadó	
DOI 10.22533/at.ed.32121180120	

CAPÍTULO 21.....	234
PROME: MEDIAÇÃO ENTRETURMAS NA INTEGRAÇÃO DOS UNIVERSITÁRIOS DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UERJ	
Deborah Isabel Taboada Carballo	
Florence Mendez Casariego	
Lais Ferreira	
Luciana Velloso	
Luiza Helena Rizzo	
DOI 10.22533/at.ed.32121180121	
CAPÍTULO 22.....	243
FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA TRABALHAR NOS CURSOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	
Janete Otte	
Jair Jonko Araújo	
Miguel Alfredo Orth	
DOI 10.22533/at.ed.32121180122	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	257
ÍNDICE REMISSIVO.....	258

LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS NO ENSINO SUPERIOR: DISCUSSÕES FRENTE AOS PARADIGMAS DE EDUCAÇÃO PARA TODOS

Data de aceite: 04/01/2021

Data da submissão: 16/10/2020

Etiene Abreu

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO
Rio de Janeiro, RJ
<http://lattes.cnpq.br/7923520624595801>

RESUMO: Há mais de uma década, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) foi incluída nos currículos dos cursos de nível superior. É importante, entretanto, que se façam discussões sobre como esta disciplina se alinha com as atuais políticas inclusivas, para que esta ultrapasse a questão gramatical/linguística e colabore efetivamente para a compreensão de questões sociais, educativas e subjetivas que permeiam as comunidades surdas. Para os sujeitos falantes de línguas de sinais, ações que permitem que sua língua/cultura saia da invisibilidade são de extrema importância, porém, o uso e difusão da língua não pode se limitar ao pensamento de ‘tradução’ do mundo, mas sim, pensar também na significação do mundo possível pelo processo linguístico e, conseqüentemente, nas formas de apreender e aprender. Isso perpassa a questão pedagógica, ratificando a importância dessa discussão na formação docente. No entanto, estudar a língua de sinais como componente curricular não é a única ação proposta, sendo necessário compreender outras políticas relacionadas à Libras no espaço acadêmico.

PALAVRAS-CHAVE: Formação de professores, Educação Inclusiva, Língua de sinais.

BRAZILIAN SIGN LANGUAGE IN HIGHER EDUCATION: DISCUSSIONS FACE ‘EDUCATION FOR ALL’ PARADIGM

ABSTRACT: More than a decade ago, the Brazilian Sign Language (Libras) was included as a curriculum discipline of higher education courses. It is important, however, to have discussions on how this discipline aligns with current inclusive policies, it is not only about grammatical/linguistic subjects, it could effectively collaborate to understand social, educational and subjective issues that permeate deaf communities. For whom speak sign languages, actions that allow their language/culture to escape invisibility are extremely important, however, the use and diffusion of the language cannot be limited to the thought of ‘translation’ of the world, but rather, to think also in the meaning of the world made possible by the linguistic process and, consequently, in the ways of apprehending and learning. This runs through the pedagogical question, confirming the importance of this discussion in teacher education. However, studying sign language as a curricular component is not the only policy proposed, and it is necessary to understand other actions related to Libras in the academic community.

KEYWORDS: Teacher education, Inclusive Education, Sign language.

1 | INTRODUÇÃO

A língua de uma comunidade reflete “a estrutura do seu mundo, isto é, como ela entende, define e procede à taxonomia das ideias sobre si própria, as suas relações, as suas hierarquias e o seu ecossistema” (MASOLO, 2010, p. 330). Na educação, levamos em conta tais relações e conhecimentos que constituídos pelos estudantes, para fazer propostas educativas pertinentes. Quando falamos de estudantes surdos, pensamos justamente em sua forma de ver o mundo e se expressar, de forma visual através da língua de sinais, e como as estratégias de ensino precisam considerar essas especificidades.

O contato de professores em formação com esta língua deveria incluir avaliar o que está envolvido em pensar/viver em língua de sinais - como isto impacta os modos de ser, aprender, ensinar, interagir. Um professor não poderia ignorar as diferenças subjetivas entre os estudantes, mas, para tanto, é necessário que os professores compreendam que existem formas diversas de pensar, sentir e descrever o mundo. A formação deste professor, por conseguinte, precisa considerar estas questões e daí a necessidade constante de se (re)pensar os modelos curriculares existentes.

A Língua Brasileira de Sinais é uma língua oficialmente reconhecida no Brasil, inclusive com a possibilidade de ser considerada como língua de instrução – isto é, a língua que mediará os processos de ensino e aprendizagem. Os falantes de língua brasileira de sinais são muitos e estão espalhados pelo país, frequentando escolas em todas as regiões nacionais. Isso faz com que deixe de ser um tema local ou específico, para se tornar um assunto pertencente à formação docente.

Segundo legislação atual, a disciplina de Libras deve ser oferecida nos cursos de graduação, obrigatoriamente nos cursos de formação de professores. Embora o Decreto 5.626 de 2005 - que institui a Libras como disciplina obrigatória nos cursos superiores - não trata de questões pontuais, como os objetivos desta disciplina e sua duração, é fundamental que esta discussão aconteça nos espaços acadêmicos. O documento acima citado fala ainda da formação de professores bilíngues - Língua portuguesa/língua de sinais e de professores de Libras.

Assim temos pelo menos três questões relevantes a tratar a partir daí: a) formação de professores que conheçam a língua de sinais e suas especificidades; b) formação de professores fluentes em língua de sinais, capazes de organizar aulas de suas disciplinas inteiramente nesta língua; c) formação de professores de Língua Brasileira de Sinais, que se dediquem a conhecer os aspectos gramaticais e que possam discuti-los em espaços educacionais.

21 DISCUSSÃO SOBRE EDUCAÇÃO E LÍNGUA DE SINAIS: COMPONENTE CURRICULAR E A (NÃO) FLUÊNCIA EM LIBRAS

Podemos iniciar esse tópico tratando de conhecimento linguístico. Ter contato com uma língua ou uma comunidade, não significa que teremos fluência naquela língua de imediato. Isso não significa que essa relação não resulta em aprendizagens. De fato, vamos nos tornando mais atenciosos e perceptivos às diferenças culturais, sociais e linguísticas conforme nos aproximamos de uma comunidade diferente da nossa. Dito isso, podemos ponderar que o contato com a disciplina de Língua Brasileira de Sinais por um semestre na formação superior não nos tornará necessariamente fluentes – mas essa aproximação, certamente, tem efeitos.

A disciplina de Libras foi inserida no ensino superior como parte de políticas inclusivas, a partir de discussões realizadas com a comunidade surda, após sua regulamentação.

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério.

§ 2º A Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto (BRASIL, 2005).

Essa inclusão foi um marco, por abrir espaço para aproximações entre a academia e a comunidade surda. As pesquisas sobre o tema ganharam força, “dada a abertura para que se discutam a cultura do surdo e sua língua materna em nível superior, sendo que, por meio dessa obrigatoriedade, abre-se também a universidade a um novo universo de conhecimentos” (GARCIA, 2015, p. 81).

É interessante apontar que escolas com e em línguas de sinais no Brasil, datam pelo menos do século XIX – com a criação com o Instituto Nacional de Educação de Surdos no Rio de Janeiro. Ainda assim, as propostas pedagógicas para as comunidades surdas, concentraram-se por um longo tempo em questões clínicas, interventivas e normalizadoras, considerando a língua de sinais como um meio para aprender a língua portuguesa e aprender a agir – aprender, comportar-se, falar – como um ouvinte.

As medidas educacionais eram divididas entre as formas mais apropriadas de fazer o aluno Surdo comunicar-se e os procedimentos condicionantes de alfabetização. Enquanto permaneciam as tendências comportamentais e

tecnicistas na educação de Surdos, em outros setores educacionais eram desenvolvidas discussões veementes sobre Currículo crítico. A considerada impossibilidade orgânica dos surdos parecia impossibilitar o desenvolvimento da educação crítica, ativa, transformadora (DORZIAT, 2009, p. 47).

Com os movimentos surdos e os estudos culturais, amplia-se a ideia de que as comunidades surdas, com língua e cultura específicas, experimentam a aprendizagem a partir de perspectivas diversas às dos ouvintes. A visualidade – marca importante da cultura surda – está presente nos modos de analisar, organizar e estruturar ideias, aprender e se expressar.

Se considerarmos que o ambiente educacional é marcado pelas relações, como docentes, temos que considerar a interação (e educação) linguística como central dos processos de aprendizagem.

A linguagem não se presta apenas à comunicação. É nas interações com os outros que ela se materializa, não só a si mesma, mas também aos sujeitos que por ela se constituem, internalizando formas de compreensão do mundo, construindo sistemas ântropo-culturais de referência e fazendo com que sejamos o que somos: sujeitos sociais, ideológicos, históricos, em processo de constituição contínua” (GERALDI, 2010, p.10).

Por isso o estudo da disciplina de Libras no ensino superior é considerado como uma possibilidade de pensar em outras maneiras de aprender e ensinar, levando em conta as especificidades linguísticas e culturais dos sujeitos surdos. Sabemos que um idioma, uma língua, reúne conhecimentos de uma comunidade de falantes.

(...) a linguagem é fundamental no desenvolvimento intelectual de todo e qualquer homem, repetindo no senso comum o que a psicologia vigotskiana, por exemplo, defende de forma explícita ao tratar da relação entre linguagem e pensamento. A linguagem é condição *sine qua nom* na apreensão e formação de conceitos que permitem aos sujeitos compreender o mundo e nele agir; ela é ainda mais usual na forma de encontro, desencontro e confronto de posições porque é através dela que estas posições se tornam públicas (GERALDI, 2010, p.34).

Podemos, então, concluir que pensar em estratégias de ensino em uma língua em particular envolve conhecer ou considerar tais diferenças. Como afirma Geraldi (2010) “não se trata de confinar a questão educacional à linguagem, mas trata-se da necessidade de pensá-la à luz da linguagem” (Ibidem).

Entretanto, não se pode almejar que todos alcancem fluência no uso de uma língua em pouco tempo de estudo, como no caso de uma disciplina acadêmica. Ou seja, não é prudente esperar que a disciplina garantirá a formação – a partir de sua inclusão no currículo – de professores fluentes em libras. Ainda assim, o estudo da língua de sinais na formação docente é extremamente relevante 1) para que se compartilhem conhecimentos das particularidades linguísticas que podem se traduzir em formas distintas de se

compreender este ou aquele tema e 2) para se discutir possibilidades de ações inclusivas no espaço escolar.

Uma questão importante, por exemplo, é como pensar em espaços educacionais compartilhados por surdos e ouvintes – isto é, entre a língua portuguesa e a língua brasileira de sinais. Geralmente, para acompanhar aulas de professores não fluentes em libras, propõe-se a presença de profissionais intérpretes, que ocupam especificamente o papel de intérpretes educacionais, visto que sua atividade de tradução/interpretação tem fim exclusivamente didático. Essa dinâmica envolve compreender certas questões sensíveis, entre elas o fato de que docentes ainda serão responsáveis pelas estratégias de ensino, mesmo com a presença do intérprete. Não seria coerente delegar essa responsabilidade.

É importante que o professor regente da classe conheça a língua de sinais, não deixando toda a responsabilidade da comunicação com os alunos surdos para o intérprete, já que a responsabilidade pela educação do aluno surdo não pode e não deve recair sobre o intérprete, visto que seu papel principal é interpretar. A responsabilidade de ensinar é do professor (LACERDA, 2015, p.35).

Porém, sabendo das diferenças existentes na língua de sinais, o docente pode interagir com o intérprete, aproveitando seu conhecimento linguístico e cultural, para propor atividades, interagir com os estudantes, entender suas formas de aprender.

Assim a disciplina de Libras nos cursos superiores será de grande valia se o objetivo dessa disciplina for, além do ensino básico da língua, conscientizar os futuros professores sobre as particularidades da Libras, sobre a diferença entre o processo de ensino e aprendizagem se em comparação com os ouvintes (principalmente no que tange à língua portuguesa, pois será uma segunda língua para eles), sobre a necessidade e importância de intérpretes de Libras-língua portuguesa em sala de aula (LACERDA, 2015, p. 38).

Como a língua de sinais é estudada em todas as licenciaturas, os docentes das diversas áreas de conhecimento poderão refletir sobre a existência dessas diferenças, buscando formas de planejar atividades que possam contemplar falantes de língua portuguesa e de língua de sinais. Ainda que não alcancem a fluência durante o estudo obrigatório, tais professores poderão compreender as dinâmicas possíveis de uma classe com surdos e ouvintes.

3 | FORMAÇÃO DE PROFESSORES FLUENTES EM LIBRAS

A presença do estudo da Língua de Sinais no nível superior não se resume ao componente curricular. É apresentada também a necessidade de formação de docentes falantes fluentes de Libras.

Art. 5º A formação de docentes para o ensino de Libras na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental deve ser realizada em curso de Pedagogia ou curso normal superior, em que Libras e Língua Portuguesa escrita tenham constituído línguas de instrução, viabilizando a formação bilíngue.

(...)

Art. 11. O Ministério da Educação promoverá, a partir da publicação deste Decreto, programas específicos para a criação de cursos de graduação:

I - Para formação de professores surdos e ouvintes, para a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, que viabilize a educação bilíngue: Libras - Língua Portuguesa como segunda língua; (BRASIL, 2005)

Segundo está posto no Decreto, se faz necessário a formação de docentes que consigam elaborar todo o processo de ensino em língua de sinais. Essa formação, por sua vez, extrapola o que é oferecido e planejado para um componente curricular. Para atender essa demanda propõe-se um curso específico de formação. Os cursos de Pedagogia que trazem essa perspectiva, são chamados comumente de “Cursos de Pedagogia Bilíngue”.

Há que se considerar que as propostas de formação de professores em pedagogia bilíngue precisam garantir que o egresso desse curso se torne apto para exercer as funções de um pedagogo bilíngue e, ao mesmo tempo, devem assegurar, para além do domínio da Libras, a apropriação dos demais conhecimentos inerentes à formação de professores. Afinal, tal profissional poderá exercer sua função como professor junto aos alunos surdos e, também, ouvintes tanto da educação infantil, quanto do ensino fundamental I, além da gestão. Nesse contexto, além da Libras, seria necessário conhecer as diferentes abordagens teórico-metodológicas, estratégias e recursos pedagógicos, bem como avaliar pedagogicamente os alunos (GIROTO; CICLINO; POKER, 2018, p.788).

É preciso destacar a importância e a especificidade da formação dos professores da educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental. Considerando a realidade brasileira, muitas crianças surdas têm aprendizado tardio da língua, sendo seu primeiro contato, muitas vezes na escola.

Nessa faixa etária, a criança já estaria no estágio de múltiplas combinações, ou seja, já estaria produzindo sentenças com mais de duas palavras, narrando fatos, compreendendo histórias, realizando perguntas, formulando respostas por meio de uma língua, se tivesse iniciado o processo na língua de sinais desde o nascimento. (...) Ainda hoje, várias crianças têm acesso à língua de sinais após essa fase, em idade escolar, iniciando a aquisição da linguagem tardiamente (CRUZ; QUADROS, 2011, p.27).

Soma-se a isso o fato de que muitas famílias não usam língua de sinais – mesmo depois que seus filhos aprendem. Fazendo com que o ambiente domiciliar não propicie

os mesmos níveis de aprendizagem e contato que experimentam as crianças ouvintes. A escola torna-se um espaço privilegiado para o contato e desenvolvimento linguístico. Com isso é essencial que tenha contato com falantes fluentes que possam servir de modelos e pares comunicativos, para que consiga apreender, aprender sua primeira língua e consolidar seu desenvolvimento cognitivo.

Para pensarmos em como isso influencia (ou deve influenciar) a formação docente, podemos pensar que uma criança ouvinte quando nasce, fica exposta cotidianamente à língua oral que circula onde vive. Ela escuta o tempo todo os sons da língua e é cuidada por falantes competentes, capazes de adequar o nível, tornando ainda mais fácil essa apreensão. Quando vai a escola, seus professores são igualmente experientes falantes de uma língua. Seus colegas provavelmente estarão em níveis semelhantes de desenvolvimento e podem experimentar o uso da língua entre eles.

A criança surda, entretanto, não está exposta à língua oral da mesma forma que a criança ouvinte. Ela percebe as expressões faciais, mas não capta da mesma forma os sons da língua. Se tiver contato com falantes experientes de uma língua visual – língua de sinais – poderá ir apreendendo as formas da língua, percebendo a forma de comunicar dos pais e interagindo com eles. Quando isso não acontece, a criança surda carece de estímulos linguísticos.

Já discutimos que precisamos pensar a educação “à luz da linguagem” (GERALDI, 2010), portanto como pensar a aprendizagem da criança surda que chega à escola sem ter experimentado um desenvolvimento linguístico apropriado? Segundo a legislação vigente, a criança tem direito a estar num ambiente educacional onde a língua de instrução seja a língua de sinais, como forma de garantir essa experiência linguística e seu desenvolvimento. Os docentes, então, precisam ser falantes fluentes e experientes.

Devido às limitações no meio familiar para que esse desenvolvimento se dê naturalmente, pelo fato da grande maioria dos Surdos ser pertencente a família de ouvintes, torna-se imprescindível a organização de um meio linguístico adequado que venha a suprir essa limitação. É primordial que a escola utilize a LS [língua de sinais], desde cedo, criando um ambiente linguístico em que a comunicação seja fluente, viva e natural entre os participantes do processo educacional. A partir daí, torna-se viável a veiculação de todos os componentes curriculares, como também a consolidação de uma forma particular de ver o mundo, a partir das informações visuais e da emergência das diferenças dentro da diferença (DORZIAT, 2009, p.73).

A formação em um curso que contemple o conhecimento linguístico como parte do repertório docente, é essencial para que o direito à educação inclusiva seja garantido. A fluência necessária para tal fazer docente não é conseguido com uma disciplina curricular, mas sim com estudos mais aprofundados e uso frequente da língua.

A formação específica também permite que se discutam estratégias educacionais que contemplem a visualidade na forma de aprender. Isto é, além de fazer com que a

língua de sinais esteja acessível para a criança surda, é necessário considerar que a lógica ouvinte talvez não seja suficiente – ou mais acessível – para a criança surda.

Um dos principais limitadores de uma análise apropriada quanto ao ensino de Surdos está geralmente na falsa ideia de que só o fato de usar a LS [língua de sinais] em sala de aula, seja pelo professor da sala/escola especial, seja pelo intérprete de LS da sala regular, é suficiente para proporcionar as condições de aprendizagem desses alunos. Em ambos os casos (sala/escola especial ou sala regular), o conhecimento escolar é passado pelo crivo do ouvinte que, mesmo sabendo sinalizar, usa maior parte do tempo a lógica ouvinte para desenvolver conceitos importantes (Idem. p. 56).

Tais questões relacionadas à aprendizagem, às diferenças linguísticas e culturais, as diferentes formas de aprender, precisam ser amplamente exploradas, discutidas e pensadas por professores em formação que atuarão em classes bilíngues. O ambiente acadêmico, portanto, permite aprofundamento das pesquisas, formando professores sensíveis e conscientes de seu papel em sala de aula, considerando a perspectiva inclusiva.

4 | FORMAÇÃO DE PROFESSORES PESQUISADORES/ DOCENTES DE LIBRAS

O Decreto 5.626/05 faz ainda outros apontamentos importantes sobre a língua de sinais no ensino superior:

Art. 11. O Ministério da Educação promoverá, a partir da publicação deste Decreto, programas específicos para a criação de cursos de graduação:

(...)

II - De licenciatura em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa, como segunda língua para surdos;

III - de formação em Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa.

Art. 12. As instituições de educação superior, principalmente as que ofertam cursos de Educação Especial, Pedagogia e Letras, devem viabilizar cursos de pós-graduação para a formação de professores para o ensino de Libras e sua interpretação, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

Além de formação específica para docência em língua de sinais e da presença na grade curricular das licenciaturas, o estudo da Libras deve se constituir um campo específico na área de Letras. Isto significa a formação de professores de Língua Brasileira de Sinais, de pesquisadores de Libras e de Tradutores de Libras/língua portuguesa.

Antes do reconhecimento da língua de sinais no país, pouco se considerava o acesso por parte comunidade surda ao Ensino Superior. Os estudos de e em língua de

sinais ficavam muitas vezes restritos à área da Educação, mais especificamente o campo da ‘Educação Especial’.

A partir do paradigma da educação inclusiva, os movimentos sociais surdos passaram a participar de forma mais incisiva nas discussões sobre educação, lutando pelo acesso igualitário aos mais altos graus de formação. Se fazia necessário pensar a língua de sinais no meio acadêmico, ampliando o leque de áreas para fora da educação: linguística, antropologia, história, sociologia, entre outros.

Num movimento circular, propor uma formação docente inclusiva exigia abrir o espaço acadêmico para que a comunidade surda pudesse aprofundar os estudos científicos sobre a língua de sinais, com possibilidade de organizar um currículo acadêmico de estudos. Nesse movimento, a criação de um curso superior dedicado ao estudo das línguas de sinais alavancou as pesquisas sobre o tema, incrementando os conhecimentos compartilhados na formação docente.

O Curso de Letras Libras objetiva produzir e divulgar conhecimento nas áreas de língua, literatura e cultura, buscando disponibilizar os meios que possam contribuir para a capacitação do futuro professor e do futuro bacharel, integrados à sociedade através da formação de profissionais competentes, críticos e criativos. De acordo com o que preconizam os pareceres CNE/CES 492/2001 e CNE/CES 1.363/2001, que tratam das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Letras, entre outros, o Curso de Letras Libras pretende formar profissionais que sejam capazes de lidar com as linguagens, nos contextos oral, sinalizado e escrito, e com a interculturalidade – construindo e propagando uma visão crítica da sociedade (QUADROS; STUMPF, 2014, p.20).

A língua brasileira de sinais consolidou-se como parte dos estudos linguísticos no ensino superior e promoveu qualificação de docentes da disciplina de Libras.

É válido notar que quando da implementação do curso, ele foi planejado com aulas em língua de sinais, possibilitando que surdos pudessem ingressar no ensino superior, tendo aulas em sua própria língua: “A primeira turma do Letras Libras foi de Licenciatura e contou quase que exclusivamente com alunos surdos (em torno de 90% dos alunos)” (Idem, p. 10).

Tal abertura de campo também promoveu a formação qualificada dos profissionais tradutores e intérpretes – figuras essenciais nas políticas de inclusão e acessibilidade.

Até o Decreto nº. 5.626, não se falava em formação específica para esse profissional em instituições de ensino, e essa tarefa estava reservada às associações de surdos. Eram ILS [intérpretes de Língua de Sinais] aqueles que tinham algum conhecimento de Libras e que dispunham a acompanhar pessoas surdas às mais diversas atividades sociais: cultos e cerimônias religiosas, consultas médicas, jurídicas, odontológicas entre outras, busca por informações em órgãos públicos (escolas, prefeituras, cartórios entre outros), palestras, conferências e eventos de toda ordem de que a pessoa surda desejasse participar e de que precisasse de alguém para mediar sua

relação com pessoas ouvintes que não conhecessem/ dominassem a Libras. Esses ILS, em geral, aprenderam Libras com familiares surdos ou em espaços religiosos, que preocupados com a divulgação de sua doutrina entre os fiéis e também entre a comunidade buscam aprender/ensinar essa língua e torná-la presente em seus espaços de convívio social. Assim, essas pessoas que conhecem a Libras passam a atuar como ILS, mas sem preparo ou reflexão sobre como desenvolver essas práticas, quais as implicações do seu trabalho, etc. (LACERDA, 2015, p.30).

A falta de profissionais intérpretes qualificados constituiu-se por muito tempo uma barreira na formação educacional e profissional de sujeitos surdos. Para que surdos pudessem ter acesso aos conhecimentos científicos e acadêmicos tradicionalmente compartilhados em língua oral (portuguesa, inglesa etc.), se fez necessário pensar em políticas de formação também dos profissionais intérpretes. Dessa forma, a comunidade surda, participando do ambiente universitário com acesso igualitário, pôde ampliar a produção e difusão de saberes em sua própria língua.

5 | CONCLUSÃO

Num país diverso como o Brasil, pensar a educação numa perspectiva inclusiva envolve considerar diferenças linguísticas, culturais, históricas e sociais. Por força de lei, o estudo da língua brasileira de sinais se faz presente no ambiente acadêmico, compondo os estudos de formação docente como disciplina curricular, sendo esta importante ferramenta para difundir conhecimento sobre a língua de sinais e educação de surdos. Em uma pesquisa realizada com estudantes que cursaram a disciplina de Libras foram trazidos os seguintes apontamentos:

Do total dos participantes, alguns afirmaram que, a partir dessa disciplina, seu entendimento sobre os surdos aumentou, favorecendo a interação com essa parcela da população, como salientou P10: *“Conhecimento sobre o assunto e a possibilidade de interação”*.

Já para outros participantes, a disciplina contribuiu para o aumento de seu conhecimento a respeito da língua de sinais, como pôde ser verificado na resposta de P2: *“Compreender que a Libras é uma língua e tem a mesma relevância de aprender o inglês, por exemplo”*.

Alguns participantes responderam que a disciplina impactou na maneira como percebiam a inclusão de surdos. Para P29, a disciplina desconstruiu preconceitos: *“A cultura surda além de desconstruir alguns preconceitos”* (IACHINSKI et al, 2019).

Isso evidencia que o estudo da língua nos cursos superiores, ainda que por um curto período – como no caso da disciplina curricular – traz à tona discussões antes deixadas à parte, muitas vezes restritas ao campo da educação especial. Porém, as políticas inclusivas que incluíram a Libras no ensino superior não se limitam a pensar em um componente

curricular nos cursos de licenciaturas. O espaço acadêmico é, por natureza, local de produção e difusão do saber científico. E, por isso, deve ser um local onde a pluralidade de ideias e temas exista. A criação de cursos específicos de e em Libras, além de possibilitar a consolidação de campos de pesquisa na área das línguas de sinais, constituiu-se um marco no acesso da comunidade surda ao ensino superior.

Inclusão escolar não se limita ao acesso de todos à escola. É necessário considerar quais barreiras precisam ser superadas para que a permanência do estudante no espaço escolar constitua, de fato, acesso à formação educacional de qualidade. No caso dos estudantes surdos, é essencial pensar na diferença linguística – que abarca discussões sobre diferenças culturais e sociais – considerando as diferentes formas de aprender e ensinar. Fortalecer o campo de pesquisa é um dos passos possíveis para aprimorar e ampliar políticas de educação inclusiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005**. MEC: 2005

DORZIAT, Ana. **O outro da educação: pensando a surdez com base nos temas Identidade/ Diferença, Currículo e Inclusão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

GARCIA, Eduardo de Campos. **O que todo pedagogo precisa saber sobre libras: os principais aspectos e a importância da língua brasileira de sinais**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2015.

GERALDI, João Wanderley. **A aula como acontecimento**. São Paulo: Pedro & João Editores, 2010.

GIROTO, Claudia Regina Mosca; CICILINO, Joice Emanuele Munhoz; POKER, Rosimar Bortolini. **Pedagogia bilíngue: dilemas e desafios na formação de professores**. Revista on line de Política e Gestão Educacional, [S.l.], p. 778-793, dec. 2018. ISSN 1519-9029. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/11912/7795>>. Acesso em: 05 de outubro de 2020.

IACHINSKI, Luci Teixeira et al. **A inclusão da disciplina de Libras nos cursos de licenciatura: visão do futuro docente**. Audiol., Commun. Res., São Paulo, v. 24, e2070, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2317-64312019000100305&lng=en&nrm=iso. Acesso em 05 de outubro de 2020.

LACERDA, Cristina B. F. de. **Intérprete de Libras em atuação na educação infantil e no ensino fundamental**. Porto Alegre: Mediação, 2015.

MASOLO, Dimas. **Filosofia e Conhecimento Indígena: uma Perspectiva Africana**. In: Epistemologias do Sul. SANTOS, Boaventura de Sousa, MENESES, Maria Paula. São Paulo: Cortez Editora, 2010. P. 313-337.

QUADROS, R. STUMPF, M. **Letras Libras EaD**. In: QUADROS, R. (Org). Letras LIBRAS: ontem, hoje e amanhã. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

QUADROS, R. CRUZ, C. **Língua de Sinais: instrumentos de avaliação**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alfabetização 13, 34, 38, 88, 104, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 141, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 161, 162, 172, 197

Apoio Universitário 234

Atividade Formativa 150

B

Bullying 105, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120

C

Competências Digitais 156, 157, 160, 165

Comunidade Escolar 28, 30, 32, 34, 53, 57, 58, 59, 60, 113, 114

Consciência Fonológica 142, 143, 148

Coordenação Pedagógica 113, 114, 117, 119, 221, 232

Currículo 15, 28, 29, 30, 35, 107, 121, 123, 124, 126, 130, 138, 152, 194, 198, 203, 205, 223, 226, 233, 250, 251

D

Direito à Educação 39, 40, 41, 51, 201

E

Educação Básica 15, 29, 53, 64, 66, 67, 68, 70, 73, 74, 76, 85, 86, 88, 99, 101, 104, 109, 110, 111, 151, 165, 172, 179, 247, 249, 250, 252, 255, 256

Educação do Campo 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 76, 77, 79, 86, 88, 89

Educação Inclusiva 1, 62, 90, 91, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 166, 195, 201, 203, 205

Educação Profissional e Tecnológica 97, 173, 243, 244, 245, 249, 251, 256

Ensino na Saúde 206, 207, 208, 212, 215, 216, 217

Escola do Futuro 167

Escola Sem Partido 39, 40, 48, 51

F

Financiamento 76, 77, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 88

Formação Continuada dos Professores 2, 67, 68, 69, 160

Formação de Professores 1, 7, 12, 30, 32, 65, 66, 67, 71, 73, 74, 76, 79, 101, 102, 110, 111, 151, 153, 158, 162, 164, 165, 173, 184, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 202, 205, 208, 219, 233, 234, 243, 244, 245, 246, 247, 249, 250, 251, 252, 253, 255, 256

Formação Docente 2, 1, 2, 5, 17, 24, 31, 66, 70, 75, 76, 87, 99, 111, 150, 151, 152, 156,

159, 160, 195, 196, 198, 201, 203, 204, 206, 232, 248, 254

Formação Pedagógica 234, 243, 244, 245, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 256

G

Gestão Democrática 12, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 256

I

Inclusão Digital 36, 165, 172, 173, 182

L

Liberdade de Ensino 39, 40, 41, 42, 43, 49, 50

Língua Brasileira de Sinais 91, 195, 196, 197, 199, 202, 203, 204, 205

Literacia Digital 156, 158, 161, 165

M

Mediação Integral 234

Memórias 34, 220, 222, 223, 225, 226, 228, 229, 230, 232

Mestrado Profissional 206, 207, 209, 210, 211, 212, 215, 216, 217, 218, 219

Metodologias Inovadoras 127, 168

Mídias Sociais 46, 185, 187, 188

M-Learning 156, 158, 162, 163, 164, 165

N

NAPNE 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97

Narrativas 26, 52, 57, 58, 62, 97, 225, 226

O

Orientação Pedagógica 234

P

PARFOR 150, 151, 153, 154

Periódicos 74, 150, 151, 152, 153, 154, 257

Pesquisa 4, 5, 6, 7, 9, 13, 14, 21, 35, 36, 37, 41, 45, 61, 63, 64, 67, 69, 70, 72, 73, 74, 76, 77, 80, 81, 84, 87, 88, 89, 90, 103, 109, 110, 112, 116, 120, 121, 124, 125, 127, 128, 130, 131, 144, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 162, 174, 178, 179, 185, 186, 189, 193, 194, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 222, 224, 225, 234, 235, 241, 242, 245, 247

Políticas Públicas 11, 12, 30, 65, 66, 76, 84, 90, 97, 107, 112, 126, 244, 254, 256

Portal do Professor 99, 102, 103, 107, 108, 109, 110, 112

Prática Docente 1, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 47, 69, 99, 102, 110, 121, 132, 134, 158, 159, 162, 165,

194, 207, 224, 254

Primeira Infância 137, 220

Professor Pesquisador 1, 5, 6, 7, 151, 153, 154

Psicologia Escolar 99, 100, 102, 103, 104, 108, 109, 110, 111, 112

S

SEDUC 9, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 36

T

Tecnologias Digitais Educacionais 167

Y

Youtube 22, 46, 63, 101, 185, 186, 187, 188, 189, 192, 193, 194

Formação Docente: Experiências Metodológicas, Tecnológicas e Práticas



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2021

Formação Docente: Experiências Metodológicas, Tecnológicas e Práticas



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2021